

ESBOÇOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC

DOSSIÊ
PATRIMÔNIO E
MEMÓRIA

Florianópolis
2011 / 2

ESBOÇOS - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC
v. 18, n. 26, Florianópolis, 2011.2 Semestral. ISSNe 2175-7976

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC

Eunice Sueli Nodari

Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC

Sílvio Marcus de Souza Correa

Conselho Editorial

Ana Lize Brancher, Artur Cesar Isaia, Cristina Scheibe Wolff, Eunice Sueli Nodari, Henrique Espada Rodrigues Lima Filho, Sílvio Marcus de Souza Correa.

Conselho Consultivo

Antônio Luigi Negro (UFBA); Barbara Weinstein (NYU); Benito Bisso Schmidt (UFRGS); Christinada Silva Roquetti Lopreato (UFU); Cláudio Bertolli filho (UNESP); Cléria Botelhoda Costa (UnB); Edgar Salvadori de Decca (UNICAMP); Élio Cantalício Serpa (UFG); Fernando Teixeira daSilva (Unicamp); Gilmar Arruda (UEL); Horacio Gutiérrez (USP); Iara Lis Franco S. C. de Souza (UNICAMP); Ítalo Arnaldo Tronca (UNICAMP); Izabel Andrade Marson (UNICAMP); Jaime Yaffe (Universidad de la República – Uruguay); Luciene Lemkhul (UFU); Mirta Lobato (UBA – Argentina); Maria Tereza Santos Cunha (UDESC); Márcia Regina Capelari Naxara (UNESP – Franca); Ricardo Muller (Sociologia – UFSC); Rosângela Miranda Cherem (UDESC); Sidnei Munhoz (UEM); Valdir Gregory (UNIOESTE); Vavy Pacheco Borges (UNICAMP).

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Campus Universitário Trindade 88.040-900 Florianópolis SC

e-mail: revistaesbocos@gmail.com - Fone/fax: (48) 3721 9359

www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/

Editora: Eunice Sueli Nodari

Organização deste número: Janine Gomes da Silva e Letícia Borges Nedel

Editor de seção: Alexandre Busko Valim

Imagem da capa: COSTA, Francisco Moreira da. Produção de farinha de mandioca na localidade da Vila dos Remédios, no município de Santo Antônio de Tauá, PA, 2004-2006. Acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (www.cnfcp.gov.br), Rio de Janeiro RJ.

Publicação sem fins lucrativos dirigida aos profissionais e estudantes de História. Tem como objetivos incentivar a publicação de pesquisas e disponibilizar novas temáticas e fontes aos pesquisadores. **O conteúdo e a metodologia empregados nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – UFSC

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA CULTURAL

LINHAS DE PESQUISA E CORPO DOCENTE

1. POLÍTICA, ESCRITA, IMAGEM E MEMÓRIA

Dr. Adriano Luiz Duarte
Dr. Alexandre Busko Valim
Dra. Ana Lize Brancher
Dr^a. Leticia Borges Nedel
Dr^a. Maria Bernardete Ramos
Dr^a. Maria de Fátima Fontes Piazza
Dr. Mário César Coelho
Dr. Waldir José Rampinelli

2. MIGRAÇÕES, CONSTRUÇÕES SOCIOCULTURAIS E MEIO AMBIENTE

Dr^a. Aline Dias da Silveira
Dr^a. Ana Lúcia Vulfe Nötzold
Dr^a. Eunice Sueli Nodari
Dr. João Klug
Dr. Marcos Fábio Freyre Montysuma
Dr. Sílvio Marcus de Souza Corrêa
Dr. Valmir Francisco Muraro

3. RELAÇÕES DE PODER E SUBJETIVIDADES

Dr. Artur Cesar Isaia
Dr. Cristina Scheibe Wolff
Dr^a. Janine Gomes da Silva
Dr^a. Joana Maria Pedro
Dr^a. Renata Palandri Sigolo Sell
Dr. Rogério Luiz de Sousa
Dr^a. Roselane Neckel

4. TRABALHO, SOCIEDADE E CULTURA

Dr^a. Beatriz Gallotti Mamigonian
Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho
Dr. Paulo Pinheiro Machado

SUMÁRIO

DOSSIÊ PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Apresentação: Patrimônio e memória, convite para um diálogo <i>Janine Gomes da Silva, Leticia Borges Nedel</i>	6
Uma ‘verdadeira réplica’: considerações acerca da noção de autenticidade no campo do patrimônio cultural <i>Leticia Bauer</i>	14
Restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: disputa de memórias e polissemia do bem patrimonial <i>Juliana Lages Sarinho</i>	29
Arqueologia, patrimônio e sociedade: quem define a agenda? <i>Lucas de Melo Reis Bueno</i>	55
“Arthur Bispo do Rosário está voltando”: patrimonialização e memória na invenção de um personagem ilustre <i>Viviane Trindade Borges</i>	73
Realidade sintética: história, patrimônio e memória na artesanaria de uma identidade urbana <i>João Batista Bitencourt</i>	91
Memória e arquivo no caso dos ossos de Blumenau <i>Ricardo Machado</i>	115
Cavalo-marinho: um folguedo pernambucano <i>Maria Ângela de Faria Grillo</i>	138

ARTIGOS

- A luta da família de Arno Preis pela verdade e por reparação: contribuição aos estudos a respeito dos mortos e desaparecidos da ditadura**
Reginaldo Benedito Dias, Elaine Bogo Pavani 153
- Ginásio São Bernardo: a construção de masculinidades (1946-1968)**
Iole Macedo Vanin 182
- O Integralismo, as novas gerações e o problema da consciência histórica**
Márcio Santos de Santana 213
- Casa de escravo na paisagem mineira: textos e imagens**
Juliana Prestes Ribeiro de Faria, Marco Antônio Penido Rezende 233

RESENHAS

- Discursos e experiências atravessando as infâncias brasileiras**
Cintia Lima Crescêncio 250
- Uma trajetória atlântica**
Jorge Minella 254
- Infanticídio, batismo, alma: traduzindo sentidos**
Isabel Cristina Hentz 260
- A cor enquanto elemento homogeneizador das diferenças étnicas africanas e seus desdobramentos na escravidão moderna e na desigualdade social brasileira**
Cristina Carla Sacramento 266
- A ordem e os inferiores na sociedade de Antigo Regime**
Tercio Voltani Veloso 271

APRESENTAÇÃO: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA, CONVITE PARA UM DIÁLOGO

Janine Gomes da Silva*
Letícia Borges Nedel**

Com uma produção acadêmica de vigor teórico, amplitude temática e intenso diálogo transdisciplinar e transnacional – incluindo pesquisas, publicações, formação de pesquisadoras/es e projetos sociais – o campo de estudos do Patrimônio encontra-se, hoje, consolidado, e representa um dos mais inovadores marcos da crítica social e cultural produzida no Brasil.

Apenas delineado até a década de 1980, o interesse acadêmico sobre os processos sociais de patrimonialização alcançou um volume de produção e uma diversidade temática e metodológica tão abrangentes quanto foram abrangentes as apropriações e os deslizamentos semânticos sofridos pela categoria “patrimônio” nas últimas décadas. Desde a Segunda Guerra Mundial, e mais intensamente a contar dos últimos trinta anos, o patrimônio vem se configurando em uma categoria englobante da vida cultural e das políticas públicas no mundo ocidental. Arma sempre à mão nos conflitos do presente, a amplitude de suas apropriações discursivas e a centralidade exercida nos campos da ciência, da arte, da indústria cultural e dos direitos civis, tem convidado pesquisadores de diferentes áreas a questionar as múltiplas temporalidades, dimensões e finalidades de que se reveste o trabalho da memória.

A prática do colecionamento é a expressão mais concreta e culturalmente disseminada desse trabalho de estruturação, classificação e hierarquização dos marcos identitários constitutivos da memória social. A reunião de itens culturais herdados e/ou a transmitir, sujeitos à proteção especial e expostos à contemplação¹, pressupõe uma ordem de valores que orienta seus usos e impõe limites a sua circulação. Capturados de sua existência ordinária, eventos,

* Professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: janine.gomesdasilva@gmail.com

** Professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: leticiabnedel@gmail.com

personagens, paisagens e artefatos ressurgem em novos contextos, como depositários da experiência histórica e das propriedades distintivas de uma dada coletividade. Neste sentido, mais do que um sinal diacrítico a diferenciar as nações de formas de organização social não-modernas, os usos e significados abrangentes do patrimônio na atualidade convergem para processos vitais, dinâmicos e multifacetados, de objetivação do relacionamento dos homens com o tempo, com o mundo material, com a natureza e com as alteridades.²

Na contemporaneidade ocidental, a progressiva ampliação e universalização dos acervos culturais constitui-se simultaneamente em veículo e resultante de uma modernidade radicalizada pelos avanços tecnológicos, pela internacionalização dos capitais e negócios, pela rapidez e eficiência dos meios de comunicação e transporte, pelos processos migratórios e trocas interculturais intensificadas na estruturação de um capitalismo de dimensões globais. Modernidade esta que, depois de duas guerras mundiais, ao ver-se confrontada com suas realizações, assume um alto grau de reflexividade e de percepção dos riscos sociais, políticos e ambientais implicados na aposta cultural sobre a razão prática e o progresso.³

Se a noção de patrimônio antecede essa inflexão, tendo servido, ela própria, à construção seletiva e estrategicamente orientada dos referenciais culturais que distinguiram os Estados-nação entre si (legitimando a invisibilidade de suas alteridades internas e a dominação ou extermínio de povos ditos primitivos), a categoria assume, dentro do viés reflexivo instituído no contexto pós-colonial, significados inauditos. Significativamente, já não se ouve falar em patrimônio como expressão de uma comunidade imaginada una e indivisível. A palavra de ordem agora é diversidade. Do singular “histórico-cultural” ao adjetivo plural, o patrimônio desdobrou-se em urbano, industrial, genético, natural, paisagístico, ambiental, arqueológico, percorrendo uma declinação semântica que não mais se atém aos limites do mundo material.

A concepção plural dos patrimônios culturais fundamentou-se no conceito antropológico de cultura que, ao longo dos últimos cinquenta anos, embasou a crítica epistemológica e política de acadêmicos e porta-vozes de grupos culturalmente marginalizados a toda sorte de paradigmas deterministas e totalizantes. Essa espécie de patrimônio *passé-par-tout* pulveriza a memória histórica até então transmitida, graças à vigilância celebrativa do Estado e dos intelectuais, sob a forma bem conhecida das grandes narrativas nacionais. Com isso, a centralidade exercida pela noção nas políticas do mundo ocidental não mais se detém ao âmbito da memória institucional, mas mobiliza uma extensa rede social e de mercado que até então se encontrava excluída do horizonte de reflexão acadêmica.

Depois de um duradouro predomínio do vocabulário da História e da Arquitetura na literatura produzida sobre patrimônios no Brasil, a contar

sobretudo da década de noventa os estudos de cunho antropológico começaram a ditar os parâmetros de compreensão do fenômeno. Ao afirmarem o primado e a irredutibilidade da dimensão simbólica da experiência, essas reelaborações teóricas contribuíram para ampliar os limites de atuação das políticas públicas, proporcionando um arcabouço metodológico útil à criação de novos dispositivos de salvaguarda, particularmente para o registro de saberes e formas de expressão transmitidos no interior de comunidades que se fazem representar e são reconhecidas, inclusive no plano internacional, como tradicionais.

Nesse ínterim, uma diversidade de novos atores representantes dessas e de outras coletividades passou a reivindicar o estatuto patrimonial para práticas e bens culturais representativos até então não legitimados como tais. Esses atores em luta por territórios, reconhecimento e cidadania encontraram na comunidade de pesquisadores acadêmicos aliados capazes de atuar decisivamente na defesa de seus direitos junto a instâncias governamentais e agências financiadoras. Daí que a mesma expansão e complexificação que alimenta o interesse dos pesquisadores incorpore também à prática da pesquisa uma dimensão ética inescapável. Ela impõe aos que se propõem a desconstruir os processos sociais de autenticação, interrogando-os desde fora, a responsabilidade de quem toma parte no fenômeno estudado, como agente do processo político. Sob tais condições, compreender a dinâmica de fragmentação dos patrimônios e a expansão de suas apropriações discursivas convida a reconhecer, naquela noção, mais do que um artifício ideológico ou um emblema identitário guiado pela intenção de homogeneizar interesses e identidades.⁴ Compreender as implicações mútuas assumidas entre culturas, políticas e patrimônios requer dos pesquisadores percebê-los como uma entrada privilegiada de elucidação das dinâmicas de produção de alteridades, autoridades e autenticidades.

No campo das políticas públicas de salvaguarda, passamos da excepcionalidade à representatividade de patrimônios e culturas. E aí é que reside a parte essencial dos problemas, dada a (larga) distância existente entre a cultura, na sua acepção antropológica, e a “cultura”, compreendida “como autodescrição de grupos sociais que a invocam”.⁵ Como advertiu Manuela Carneiro da Cunha, “ao substituir a noção de raça, [a cultura] herdou no entanto sua reificação”.⁶ Operada como signo em contextos multiétnicos extremamente complexos e dinâmicos, a “cultura” com aspas impõe os efeitos de sua auto-reflexividade sobre os bens e práticas que lhe são constitutivos, dotando-os de um sentido performativo e estratégico.

Assim é que, em sendo juridicamente requalificado como expressão da nova categoria de direitos difusos, o patrimônio tornou-se um argumento central a reivindicações das mais diversas naturezas. Os bens culturais colecionados, reconhecidos ou reclamados por populações que, à parte isso, constroem para si identidades – étnicas, de gênero, geração, etc. – não necessariamente

pautadas pelo diapasão da nacionalidade, são incorporados a um metassistema que extrapola o do universo das relações em se originaram.

A diversidade de temas contemplados neste dossiê renova nossa curiosidade por esses processos, ou seja, pelas transformações e desafios que o campo do patrimônio propõe aos profissionais da História e a seus interlocutores, em diferentes áreas do conhecimento. A qualidade dos textos confirma a evidência de que a atual densidade crítica dos estudos está calcada na presença dos pesquisadores em campo. Quer se trate de arquivo ou de observação direta, os investimentos mais profícuos sobre o tema prendem-se a tempos, espaços e grupos sociais determinados a partir dos quais torna-se possível perceber a natureza dialógica e concorrencial – logo, política – das dinâmicas patrimoniais.

Por certo, os historiadores têm um papel destacado a desempenhar nessa reflexão coletiva, quando mais não fora em uma sociedade que se vê às voltas com o reconhecimento social de vítimas da história.⁷ A patrimonilização de memórias traumáticas e a formulação de instrumentos jurídicos visando atender os deveres de reparação reivindicados por atores sociais emergentes são movimentos que atuam sobre os modos de relacionamento dos grupos com o vivido. Elas impactam igualmente os procedimentos empregados na construção dos acervos, fontes e objeto da História. Por esse e outros caminhos, investigar as condições de uso e produção de bens culturais nos leva a interrogar a própria matéria-prima de nosso ofício – o tempo. E se em nenhum outro tempo a memória fez-se tão presente na esfera pública, se o multiforme apetite contemporâneo pelo passado nos interpela a todo momento, convidando-nos, enquanto profissionais da história, a participar de mobilizações contra um sem número de esquecimentos e exclusões, parece oportuno retornarmos à categoria pela qual os fundadores de nossa disciplina organizaram por séculos suas relações com o passado e com as diferenças: a autenticidade.

Com essa problemática abrimos o presente dossiê. Oportunamente, uma vez que as alterações sofridas pelo regime de produção das autenticidades dentro da atual configuração global e desterritorializada dos patrimônios é uma questão a ensejar maiores investigações, em que pese vir sendo abordada recorrentemente na literatura antropológica. A propósito dela e na esteira da reflexão fundadora de Walter Benjamin, autores como Reginaldo Gonçalves e Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti notaram um radical deslocamento. Da antiga ênfase da relação com o passado – expressa na ‘retórica da perda’ – o discurso patrimonial abraça hoje a transitoriedade do tempo presente, investindo sobretudo na dinâmica e reprodutibilidade dos chamados bens culturais, entendidos como instrumentos permanentes de mobilização política.⁸ Letícia Bauer, em “Uma ‘verdadeira réplica’: considerações acerca da noção de autenticidade no campo do patrimônio cultural” retoma a questão da emergência

de formas não-auráticas de autenticidade sob uma chave inovadora, de modo a interrogar os efeitos, os sentidos e as aplicações da cultura digital nos campos da memória e do patrimônio. A autora toma o que, via de regra, é representado como ameaça a toda sorte de artefatos e práticas representativos do “autêntico” – tecnologia e reprodutibilidade - como ponto de ancoragem de sua reflexão sobre as implicações trazidas pelas tecnologias nos processos de autenticação empregados pelos profissionais da conservação. Em uma abordagem original, a autora distende a temporalidade do mundo digital de modo a alcançar a outra ponta de um debate muito *fin de siècle*, em que tradição antiquária se renova para incorporar-se a uma ordem social marcada pela abundância de imagens, pela multiplicidade de canais de informação e troca, pelos excessos de memória. Dentro dela, sejam cópias, imitações ou falsificações, as reproduções “orbitam nas proximidades do múltiplo desprovido de verdade”. O juízo autenticidade atribuído aos registros do passado desponta então como um item relevante na designação de patrimônios. Mas não apenas isso; é uma condicionante das teorias contemporâneas de restauração, onde o “autêntico” se aproxima da noção de prova, cara aos historiadores. Não obstante, afirma Letícia, “reproduções e cópias como objetos de estudo ligam-se, direta ou indiretamente, aos processos de compreensão de remanescentes materiais do passado como patrimônios culturais contemporâneos.”

A desconstrução do atributo da autenticidade – e da aura de inviolabilidade que o cerca – é também um objetivo central ao artigo de Juliana Sarinho. Abordando o processo de restauração da igreja da Antiga Sé, incluída no rol de comemorações alusivas aos 200 anos de instalação da côrte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, Juliana foca a polissemia de memórias ligadas àquele bem cultural. Em uma perspectiva metodológica atenta à percepção dos diferentes atores sociais afetados pelo processo de restauração (mais precisamente os técnicos responsáveis pelas obras, o pároco da igreja e os fiéis), são deslindadas as escolhas, conflitos e negociações em jogo, tanto no planejamento e execução do projeto, quanto na introdução de usos e significados ligados a práticas turísticas e museais que a recuperação arquitetônica enseja. O estudo permite observar a sobreposição de sentidos (afetivo, religioso, político, estético) atribuídos por sujeitos estruturalmente situados em diferentes escalas de interação, entre si e com o bem edificado, onde reside o desacordo entre os critérios que fundamentam as decisões técnicas e os valores compartilhados pelos fiéis. Desta forma, o estudo do processo de restauração deste bem edificado, digno representante dos valores que as primeiras políticas públicas de preservação republicanas buscavam incorporar à Nação, permite avançar questões importantes. Entre elas, a necessidade de atentar para as dimensões tangível e intangível intrínsecas a qualquer item patrimonial.

E, se o debate sobre a questão da autenticidade e processos de restauração principia o diálogo proposto pelo dossiê, a articulação das agendas disciplinares com as agendas patrimoniais também se faz presente. Lucas Bueno, ao apresentar uma história da arqueologia no Brasil, proporciona uma interessante reflexão sobre o papel da arqueologia e dos arqueólogos na formação de políticas de gestão do patrimônio. Segundo o autor, “a relação entre Arqueologia e Patrimônio é emblemática da constante inter-relação que existe entre Academia e Sociedade, seja esta constituída por congruências ou dissonâncias de interesse”.

Um ponto importante da atual agenda reflexiva sobre o tema diz respeito à inserção efetiva dos bens patrimonializados junto às comunidades e segmentos sociais que os exercem. Presente nos dois primeiros artigos citados, essa questão aparece de modo mais explícito no trabalho de Viviane Borges, intitulado “Arthur Bispo do Rosário está voltando”: patrimonialização e memória na invenção de um personagem ilustre. Ao abordar a relação de arte, memória e patrimônio estabelecida no processo de monumentalização de Artur Bispo do Rosário, a autora problematiza o poder de representação de patrimônios construídos de forma autoritária, no intuito de movimentar a economia local pelo incentivo ao turismo. A transformação de quem fora um anônimo paciente manicomial em “personagem ilustre” de sua cidade natal, envolveu uma série de estratégias traçadas pelo poder público de Japaratuba no sentido de instituí-lo como patrimônio representativo das tradições populares do estado do Sergipe. Mas, se as criações de Bispo, após sua morte, passaram a ser reconhecidas como arte, nacional e internacionalmente, as entrevistas realizadas com moradores mostram que para muitos conterrâneos ele permanece um desconhecido, malgrado o esforço despendido pela Prefeitura em obter o reconhecimento da comunidade através de discursos que articulam a trajetória de superação do personagem e seu reconhecimento pelo sistema de arte às tradições integrantes do universo cultural da região.

O caso de Japaratuba nos ajuda a lembrar que sendo o Brasil uma referência internacional na formulação e implementação de um modelo de política patrimonial extensiva aos bens culturais tangíveis e intangíveis, a efetivação desse processo não dispensa uma investigação apurada dos sentidos locais adquiridos pela conservação. No que diz respeito a Santa Catarina, especialmente no campo da história, nos últimos anos vários trabalhos vêm sendo produzidos, evidenciando diferentes histórias sobre as cidades. São monografias, dissertações, teses e livros que, aos poucos, vão desvelando aspectos diversos do patrimônio, da memória e de diferentes acervos do estado. Temáticas relacionadas à migração, colonização, à diversidade étnica e à pluralidade cultural no tempo presente são perscrutadas em diferentes trabalhos, apontando para o alargamento do campo do patrimônio no estado. Neste dossiê,

dois trabalhos tematizam a memória e o patrimônio em Santa Catarina. É o caso do artigo “Realidade sintética: história, patrimônio e memória na artesanaria de uma identidade urbana”, de João Batista Bitencourt. Cidades, representações, construções discursivas e simbólicas, monumentos e o passado como condição temporal de demarcação histórica são algumas das questões apresentadas pelo historiador ao relacionar memória, patrimônio, discursos e representações, tendo como ponto de partida a análise do discurso oficial de cidade histórica empregado no município de Laguna. O artigo de João nos convida a observar que cada vez mais o alargamento do campo do patrimônio dialoga (ou é atravessado) pelos discursos identitários publicizados pelo turismo. Ou seja, é o passado como patrimônio e memória no presente que enuncia novos usos e possibilidades para o campo do patrimônio cultural. Já o artigo de Ricardo Machado discute a relação memória e arquivo a partir de questões presentes na história da cidade de Blumenau. A partir de uma série de textos publicados pela imprensa local sobre o traslado dos restos mortais e construção de um mausoléu em memória a Hermann Blumenau, o autor, ao mesmo tempo em que apresenta reflexões oportunas sobre o papel do arquivo na legitimação de memórias, atenta para os “investimentos políticos sobre o passado e suas invenções identitárias”. São histórias sobre Laguna e Blumenau, mas que nos aproximam de tantas outras presentes no estado de Santa Catarina onde as questões identitárias e as histórias regionais com frequência são evocadas para legitimar ações políticas e/ou turísticas.

Assim, falar da história de diferentes cidades, na perspectiva de compreender o patrimônio cultural, pode ser, ao mesmo tempo, problematizar os seus diferentes aspectos, tangíveis (do espaço urbano, do espaço rural, ambiental, arqueológico, documental, etc.) e intangíveis (como os modos de fazer, falar, cozinhar e práticas relacionadas à pesca, festas, etc.). Ou seja, tanto quanto os “conjuntos urbanos” ou “sítios de valor histórico”, as “artes de fazer”, como diria Michel de Certeau⁹, entendidas aqui como as mais variadas práticas cotidianas vivenciadas podem ser problematizadas como importantes na compreensão do patrimônio cultural. Encerrando o dossiê, apresentamos o artigo de Maria Ângela de Faria Grillo, que nos conduz a diferentes práticas culturais vivenciadas na Zona da Mata do Norte de Pernambuco ao buscar “fazer um levantamento dos bens culturais que envolvem o Folgado Cavalomarinheiro dos municípios de Ferreiros e Condados”. Um olhar atento para a cultura popular da região, ao mesmo tempo em um momento de profundas transformações das manifestações que demonstram a riqueza dos estudos do campo do patrimônio cultural chamado de intangível. Destaca-se ainda que a autora problematiza também as disputas políticas e as políticas públicas em relação as representações/práticas culturais.

Finalmente, antes de encerrar esta apresentação, cabe registrar que para as organizadoras do dossiê, o lançamento deste número da Revista Esboços assinala também um momento a celebrar: a criação do Laboratório de Memória, Acervos e Patrimônio (LAMAP), junto ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse novo espaço de reflexão acadêmica, estudantes e pesquisadoras/es de diferentes inserções disciplinares poderão compartilhar experiências de pesquisa em um ambiente de estímulo ao diálogo entre especialidades e correntes de pensamento diversas, contribuindo para adensar e qualificar esse campo de investigações no estado e no país.

NOTAS

¹ POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. *Enciclopédia Einaudi*, v. 1 História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

² Cf. CLIFFORD, James. “Objects and Selves – an afterword”. In: STOCKING Jr., George W. (ed.). *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985, p. 236-246 e GONÇALVES, José Reginaldo S. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 60, p. 7-26, 2005.

³ SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

⁴ CAVALCANTI, Maria Laura V. de Castro e GONÇALVES, José Reginaldo S. “Cultura, Festas e Patrimônios”. In: MARTINS, Carlos B. e DUARTE, Luiz Fernando Dias (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 259-293.

⁵ Manuela Carneiro da Cunha chamou a atenção para as implicações mútuas da cultura, “esquemas interiorizados que organizam a percepção e a ação das pessoas e que garantem um certo grau de comunicação em grupos sociais” com os “usos pragmáticos de “cultura” e “conhecimento” operados em situações interétnicas”. A autora aponta os conflitos entre a maneira como compreendemos a cultura indígena e como esta se vê apropriada pela imaginação metropolitana. O que, por certo, não interdita a possibilidade de uma coerência lógica entre as categorias, capaz de superar as imaginações limitadas de cada cultura (sem aspas). (Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. “ ‘Cultura’ e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais”. In: Id. *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 311-387).

⁶ CUNHA, op. cit., p. 260.

⁷ HEYMANN, Luciana Q. “O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15-44.

⁸ CAVALCANTI, M. L. V. C. e GONÇALVES, J. R. S., op. cit., p. 264.

⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.